

Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão

Territories and heritage in the mud of negociation: challenges for community museology at the Fundão

Territorios y patrimonio en el fango de las negociaciones: desafios a la museología comunitaria en la presa Fundão

Marcia Arcuri¹, Paulo Otávio Laia², Rodrigo Suñer³

RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão sobre os processos de salvaguarda e gestão do patrimônio cultural impactado pelo rompimento da Barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billinton), ocorrido no município de Mariana – MG, em novembro de 2015. A discussão enfoca os bens arqueológicos, históricos e paisagísticos de áreas dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira que foram destruídas pelo desastre e reúne informações obtidas em diferentes contextos do debate sobre a “recuperação” e salvaguarda dos bens culturais impactados. Os conceitos apresentados seguem a perspectiva museológica, em diálogo com referenciais teóricos dos campos da arqueologia, antropologia, sociologia e história. São abordadas discussões sobre os patrimônios culturais “esquecidos”, “selecionados”, “apropriados” ou “ressignificados”, temas que ganharam espaço notável nos estudos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas a partir de meados dos anos 1980. O texto visa, por fim, questionar os moldes em que estão sendo conduzidos alguns processos de resgate do patrimônio cultural desses distritos e alertar para a

¹ Professora Adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM) e do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Tecnologia e Território do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (LINTT/MAE/USP).

² Graduando em Museologia Pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários (LAPACOM)

³ Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

necessidade de promover o protagonismo das populações atingidas nas discussões sobre suas memórias e no projeto de musealização do território impactado.

PALAVRAS-CHAVE: Museologia Comunitária, Arqueologia, Patrimônio Cultural, Território, Memória

ABSTRACT

This essay aims to discuss the procedures related to cultural heritage preservation and management after the disruption of Fundão Dam (Samarco/Vale/BHP Billinton), Mariana - MG, on November 2015. It focuses on the archaeological, historic and landscape cultural “resources” of Bento Rodrigues Paracatu and Gesteira, districts which were most severely impacted by the disaster. The conceptualization follows a museological perspective, in dialogue with theoretical frameworks of archaeology, anthropology, sociology and history fields. Issues as the “forgotten”, “selected”, “appropriate” or “reinterpreted” cultural heritage are at stake. It presents a critique of the way cultural heritage “rescue” is being conducted in those districts and draw attention to the need to promote the role of the communities directly affected by the disaster in the discussions about their memories and in the project of musealizing the impacted territory.

KEY WORDS: Community Museology, Archaeology, Cultural Heritage, Territory, Memory

RESUMEN

Este ensayo propone una reflexión sobre los procedimientos de salvaguardia y gestión del patrimonio cultural afectado por la interrupción de la presa Fundão (Samarco / Vale / BHP Billinton), que se produjo en el municipio de Mariana - MG, en noviembre de 2015. La discusión se centra en los bienes arqueológicos, históricos y paisajísticos de los distritos Bento Rodrigues, Paracatu y Gesteira que fueron destruidas por el desastre. Recopila información obtenida en diferentes contextos del debate sobre la “recuperación” de los bienes culturales afectados. Los conceptos que se presentan siguen la perspectiva museológica, en diálogo con los marcos teóricos de los campos de la arqueología, la antropología, la sociología y la historia. El texto enfatiza discusiones sobre el patrimonio cultural “olvidado”, “seleccionado” o “resignificado”, cuestiones que han ganado espacio notable en los estudios de Humanidades y Ciencias Sociales a partir de mediados delos

años ochenta. Cuestiona, por fin, la forma en que se están llevando a cabo los procesos de rescate del patrimonio cultural de estos distritos y llama la atención sobre la necesidad de promover el protagonismo de las comunidades directamente afectadas en las discusiones acerca de su memoria y del proyecto de musealización del territorio impactado.

PALABRAS CLAVE: Museología Comunitaria, Arqueología, Patrimonio Cultural, Territorio, Memoria

Introdução

Tudo muda de verdade quando a história profunda [a longa duração], começa a fluir, pouco a pouco, em outro sentido; quando uma ruptura profunda se instala lentamente, enorme greta onde é tragada a história ardente que os homens vivem no dia-a-dia.

Fernand Braudel

Este ensaio tem o objetivo de refletir sobre os processos de salvaguarda e gestão do patrimônio cultural desencadeados a partir do rompimento da Barragem de Fundão, no município de Mariana – MG, ocorrido no dia cinco de novembro de 2015. A perspectiva da reflexão é museológica e o foco recai sobre os bens culturais arqueológicos, históricos e paisagísticos das áreas destruídas pelo desastre, nos distritos marianenses de Bento Rodrigues e Paracatu, e no distrito de Gesteira, pertencente ao município de Barra Longa. Os dados apresentados foram reunidos a partir do contato com diferentes atores envolvidos nesses processos, de forma que a discussão se pauta, em parte, em informações obtidas a partir de falas públicas, publicadas pela grande mídia ou absorvidas de relatos individuais de pessoas contatadas pelos autores. Dois eventos foram particularmente importantes para a reunião de informações oficiais, uma audiência pública realizada em Mariana, no dia 19 de abril deste ano e o *Seminário de Balanço de Seis Meses do Desastre da Samarco*, organizado pela Fundação

Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em parceria com outras seis entidades⁴. O texto também inclui relatos colhidos em visita técnica ao distrito de Gesteira (município de Barra Longa) realizada por Paulo Otávio Laia.

Ciente da impossibilidade de “reparação” justa aos danos socioambientais acarretados pelo descontrole do empreendimento minerador da SAMARCO/Vale/BHP Billiton, a discussão proposta elenca questões relativas ao patrimônio cultural dos territórios⁵ imediatamente atingidos a jusante da barragem, especificamente nos distritos marianenses de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo; e Gesteira, distrito de Barra Longa. É necessário pontuar, porém, que o desastre arrasou a vida dos habitantes de uma área muito maior, incluindo as cidades Rio Doce e Santa Cruz do Escavado, afora todas as áreas contaminadas da bacia do Rio Doce e do litoral do Espírito Santo. Trata-se de vasta região que hoje é testemunho da imensurável fragilidade vivida pelas populações direta e indiretamente atingidas pelo desastre.

Memórias, patrimônios e representações: lembranças do esquecimento

Nas duas últimas décadas a produção acadêmica promoveu um debate intenso acerca dos patrimônios culturais “esquecidos”, além daqueles “selecionados”, “apropriados” ou “ressignificados”. São temas que ganharam espaço notável nos estudos das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas realizados no Brasil, alcançando

⁴ A realização do seminário contou com a parceria do United Nations Office for Disaster Risk Reduction (UNISDR), da Rede de Pesquisadores em Redução do Risco de Desastres no Brasil (RP-RRD-BR), do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal de Juiz de Fora (PoEMAS/UFJF), do Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais da Universidade Federal de Ouro Preto (GEPISA/UFOP), do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

⁵ A conceituação do termo “território” conta com vasta bibliografia, abrangendo diferentes entendimentos que variam entre perspectivas do direito e da soberania, outras de viés mais econômico e ainda aquelas que privilegiam aspectos culturais. Optamos por adotar o conceito de território como espaço habitado ou reconhecido a partir das relações, materiais e subjetivas, que determinada população estabelece com o meio.

especial amadurecimento nas reflexões dos campos da museologia, da arqueologia e da antropologia a partir de meados dos anos 1980. Atentos às interfaces entre tais áreas de conhecimento, destacaram-se alguns autores, como Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1984), José Reginaldo Gonçalves (1996), Maria Cristina de Oliveira Bruno (1995), Mário Chagas (1995), Manuel Ferreira de Lima Filho (2001), Pedro Paulo de A. Funari (2001), Fabiola Andrea Silva (2002), Manuelina Cândido Duarte (2003), Regina Abreu (2005), Marcia Bezerra (2006), Cornélia Eckert (2006), Yara Mattos (2007), Lúcio Meneses Ferreira (2008a), Aline Vieira de Carvalho (2008), Carla Gibertoni Carneiro (2009), Camila Moraes Wichers (2010) e Andrea Dias Vial (2015), entre tantos outros que poderiam estar aqui citados⁶. No debate internacional, a crítica sobre a parcialidade dos conceitos de patrimônio, memória e da concepção pós-moderna de bens culturais – na sua relação com o neocolonialismo das políticas hegemônicas – tornou-se referencial nos trabalhos de Deetz (1977), Nora (1984), Halbwachs (1992), Néstor García Canclini (1989), Pollack (1989), Huyssen (2000) Meskell (2002), Hamilakis (2005), Žižek (2007), e particularmente na arqueologia vem sendo muito debatida nos textos de Holtorf (2007), Ruibal (2008), Gnecco (2009), Connerton (2009) e Orser (2010).

A discussão promoveu novos olhares, capazes de entender como os bens culturais, de natureza material e imaterial, constroem significados e ressignificações na representação pública de identidades individuais e coletivas sobre territórios plurais, dinâmicos e em acelerada transformação. Tornou-se mais compreensível aos pesquisadores das disciplinas afins da antropologia, por exemplo, que as representações étnicas ou grupais são permeadas por uma teia de relações que deve ser observada de forma contextual, cujas especificidades não podem ser ignoradas. Conforme colocado pelo antropólogo Clifford Geertz:

“O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise;

⁶ Optamos por referenciar apenas um trabalho de cada autor citado, em ordem cronológica de publicação, apesar de muitos deles apresentarem vasta produção sobre a temática em questão.

portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.”(Geertz 1973:15).

Por esta perspectiva de cultura, os sítios arqueológicos e suas inserções nas paisagens podem ser entendidos como “agentes” construtores nessa teia de significados, pois são espaços com elevado potencial de apropriação social, naturalmente articuladores de memórias e representações. São inumeráveis os estudos de caso, em esfera nacional e internacional, que atestam a apropriação comunitária do patrimônio arqueológico como recurso para o fortalecimento do vínculo com o território. Em processos de homologação ou proteção de terras indígenas, em áreas que apresentam conflitos fundiários entre comunidades tradicionais e as múltiplas facetas da exploração capitalista da terra, bens culturais arqueológicos tornaram-se ativos na esteira das negociações patrimoniais, particularmente em processos de licenciamento ambiental. Há de se considerar, porém, a particularidade do caso aqui em questão. Muitos dos antigos componentes históricos e paisagísticos do patrimônio cultural das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão tornaram-se, em um só golpe, “bens arqueológicos”, ao serem soterrados pela lama.

Gosto amargo no Rio Doce: o “balanço de seis meses”

Nos dias 05 e 06 de maio de 2016 foi realizado, no município de Mariana, o seminário *O Desastre da Samarco: balanço de seis meses de impactos e ações*. O evento, além de articular pesquisas e ações em andamento, visava pactuar o compromisso de reivindicar a inclusão das populações atingidas na esfera das negociações referentes às indenizações e reparações sobre os danos socioambientais causados sobre as áreas direta e indiretamente atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Evocou-se a necessidade de se pautar uma agenda pelo não esquecimento da dimensão dos impactos sobre a vida das populações que ali habitam ou habitavam, no sentido da urgência de se repensar modelos de desenvolvimento mais horizontais e menos predatórios. Ao final das apresentações, que reuniram

representantes das comunidades atingidas, de entidades de interesse da sociedade civil, do poder público, de acadêmicos e de gestores de entidades de fomento à pesquisa, foi publicada a Carta do Rio Doce - Watu(06/05/2016), documento do qual destacamos dois trechos:

“Passados seis meses do rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco/Vale/BHP Billiton, o desastre se perpetua em uma crise crônica, sentida diariamente para além dos impactos imediatos, visíveis e mensuráveis. Desde o dia 05 de novembro de 2015, pessoas e comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce continuam sofrendo, dentre vários fatores, por restrição de acesso à água de qualidade, por impedimento de desempenharem atividades econômicas e sociais, por terem a saúde fragilizada, por verem seus modos de vida territorializados profundamente transformados a ponto de comprometerem a sua reprodução social e pela inadequação de ações institucionais que desconsideram suas necessidades e direitos fundamentais. Tais efeitos, e seus desdobramentos, se manterão presentes na realidade da região ainda por muitos anos, perenizando a tragédia...

(...) Logo após o rompimento da barragem, o Estado de Minas Gerais publicou a Lei no 21.972/2016, que define os prazos máximos para a concessão das licenças ambientais, independente da análise dos Estudos de Impacto Ambiental pelos órgãos de monitoramento. No mesmo período, o Senado aprovou o Projeto de Lei no 654/2015, de autoria do Senador Romero Jucá (PMDB/RR), que seguia as mesmas linhas gerais. Ainda, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou a PEC no 65/2012, de relatoria do Senador Blairo Maggi (PR/MT), que define que a mera apresentação de um estudo prévio de impacto ambiental já autorizaria a execução de obras, que, nesses termos, não poderão ser suspensas ou canceladas a

não ser em face de fatos supervenientes. Tais decisões institucionais... representam flagrante retrocesso na legislação ambiental.”

O texto da carta, na sua íntegra, é cirúrgico. Alerta para a necessidade de se observar as múltiplas faces de um problema que pode ser equivocadamente interpretado por ópticas disciplinares isoladas. Algumas tendem aos interesses econômicos que observam o potencial da mineração no território mineiro; outras atentas à biodiversidade ou à diversidade sociocultural da mesma região. Os argumentos podem ser cientificamente justificados, as políticas públicas podem alegar uma representatividade regional ou nacional; porém, algumas questões permanecem à margem do discurso oficial: é ainda possível defender que a mineração é a exclusiva vocação econômica dessas áreas? Quantos “territórios” estão em jogo? Quem vive aos pés das barragens?

As comunidades de Bento Rodrigues (distrito de Mariana) e Gesteira (distrito de Barra Longa), sofreram marcas profundas decorrentes do rompimento da barragem. Lama e poeira são marcas que permanecem e permanecerão incrustadas em todos os tipos de corpos, vivos ou mortos. O barro tóxico enterrou edificações, a biodiversidade da flora e fauna e, fatalmente, pessoas. A poeira hoje se deposita cotidianamente nos pulmões e nas memórias de seus habitantes.

Os distritos mais atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão possuíam cerca de 300 anos de história. Nesse espectro temporal a presença da Samarco é efêmera, mas sua mineração predatória conseguiu dar fim à história local de mineração. Sucessivas gerações que ali viveram constituíram a identidade desses lugares que vieram da agricultura familiar e da mineração manual durante séculos. As primeiras capelas de Bento Rodrigues e Paracatu foram construídas por volta de 1718 e 1730, respectivamente. Foram reconhecidas por seu valor histórico e cultural muito antes do desastre. Estudos realizados nessas localidades também haviam identificado sítios arqueológicos que foram arrasados pela lama. Em um aparente paradoxo, o desastre formou novos sítios arqueológicos, tema que será retomado adiante.

Diante da profundidade histórica que compõe o patrimônio cultural de Bento e Paracatu, talvez a tarefa mais árdua seja mapear o patrimônio cultural intangível igualmente devastado pelo mar de lama e as lembranças que chegam como vagas periódicas.

“Desde o dia 05 de novembro meu filho, de quatro anos, é outra criança. De menino doce e tranquilo tornou-se birrento, nervoso...”

A fala de Maria do Carmo Dangelo, moradora de Paracatu, nos diz muito sobre as transformações em curso na vida dos atingidos. Seu pai, de oitenta e quatro anos e também desabrigado, viu-se obrigado a deixar para trás o lugar das memórias, a antiga Paracatu.

“No meu desespero para tirar meus pais de casa antes que a lama passasse [o que viria a acontecer por volta das dez da noite chegando à altura do telhado], ouvia deles que nada aconteceria, afinal eles ali estavam há cinquenta anos e muitas enchentes já tinham ocorrido [a casa tinha uma fundação própria para enfrentar as cheias]..., eu não precisava de preocupar...”

A resistência dos pais de Maria do Carmo em acreditar em seu relato sobre o que aconteceria a qualquer momento era natural, afinal em Bento não tocaram as sirenes. Viver ao pé de uma barragem de rejeitos havia se tornado parte do cotidiano das pessoas desde o dia em que lhes foi noticiado que assim seria. Transformações que haviam sido justificadas como necessárias, e que se impuseram a um território já há muito habitado. Assim como depoimento de Maria do Carmo, são inúmeros os relatos, as queixas, os movimentos em busca de orientação, de soluções para a retomada da vida cotidiana... hoje apenas uma lembrança. Seis meses após a passagem da avalanche de lama, o saldo apresenta-se como um crescente de dias marcados por imagens concrecionadas do território distante, no caso dos desabrigados, ou pela experiência diária do convívio com o horizonte

de lama, com o cheiro amargo dos rejeitos e com a nuvem de poeira levantada pelas centenas de carros, máquinas e trabalhadores que seguem movimentando-se em um território que para muitos se tornou estranho, sem os antigos lugares de memória, objeto do desafeto. Maria do Carmo clamou, “... quero voltar a sonhar; não quero voltar para lá”.

Bento: terra arrasada?

No dia 19 de abril de 2016 foi realizada a primeira audiência pública organizada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) com o intuito de anunciar e discutir com as populações atingidas a abertura do processo de tombamento provisório da Igreja de Nossa Senhora das Mercês (não restou quase nada da capela de São Bento), em Bento Rodrigues; e da Igreja de Santo Antônio, de Paracatu. A proposta de tombamento se deu por iniciativa conjunta do COMPAT e do Ministério Público Estadual. O coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda, apresentou a complexidade e a fragilidade da situação, defendendo que o tombamento do patrimônio cultural serviria como um instrumento de proteção que poderia ser estendido por toda a área destruída das comunidades de Bento e Paracatu. Em entrevista veiculada um dia após a audiência, a presidente do COMPAT, Ana Cristina de Souza Maia, também defendia que o tombamento seria uma forma de “preservar os lugares onde as pessoas viveram, criaram a família e enterraram seus mortos”⁷.

Ainda na audiência, a fala do promotor público abriu espaço a todos os tipos de reivindicações, apresentadas pelos atingidos. Sem exceção, eles se dirigiam ao representante da Samarco retomando problemas de todas as escalas e ordens em relação ao descumprimento das obrigações e indenizações que deveriam ser assumidas pela empresa. As questões específicas referentes ao patrimônio cultural permaneceram longínquas diante de tantos problemas habitacionais, fundiários, de saúde física e psíquica que se repetiam nas falas dos moradores.

⁷ Acessado em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais>, no dia 20/04/2016.

Elas voltaram à tona apenas no final da audiência, quando se tornou público o desconhecimento das autoridades presentes, tanto do IPHAN quanto do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, de que a Samarco já iniciara a construção do chamado “dique quatro”. Estrutura prevista para ser construída na parte baixa de Bento Rodrigues, o dique quatro foi uma alternativa apresentada pela Samarco para reforçar as estruturas de contenção dos rejeitos que, segundo relatórios ambientais, seguem vazando para a bacia do Rio Doce. A construção do dique quatro significaria, também, o alagamento daquilo que restou da área central de Bento e um passo definitivo no sentido de declará-lo como “terra arrasada”. Ainda anterior, porém, é a disputa pelos direitos fundiários da família que é proprietária do terreno escolhido para a construção daquele dique, cuja representante estava presente na audiência e afirmou que sua família sequer tinha sido contatada, apesar de haver relatos de antigos moradores sobre a movimentação das máquinas em sua propriedade. A audiência pública de 19/06/2016 parece ter provocado uma mescla de esperança e inconformismo entre os participantes. Não há dúvida de que a divulgação de informações fortaleceu alguns coletivos engajados em exigir a justa responsabilização pelos fatos, além do acesso às informações e à área atingida. Este é um movimento que tem crescido em esfera local e regional, que conta com o intenso trabalho que vem sendo conduzido pelas promotorias públicas municipal e estadual, bem como pelo MAB (Movimento de Atingidos pelas Barragens).

Há de se refletir, contudo, sobre os processos de patrimonialização e a escala de protagonismos envolvidos. Para fundamentar essa reflexão, serão aqui analisados conceitos dos campos da arqueologia, da museologia e da antropologia, assim como a relação entre eles. Tal escolha se apoia nas circunstâncias observadas e na necessidade de se discutir criticamente os processos que já estão em curso. O primeiro deles é o “resgate do patrimônio cultural” e o entendimento arqueológico dos bens em subsuperfície enterrados pela lama. O segundo é a proposta que vem sendo discutida de criação de um

memorial, ou alternativamente, de um museu de território, e as bases conceituais da problemática gerada pelo alijamento das populações atingidas dos espaços em que se dão as ações patrimoniais em curso.

O caso Gesteira: cerceamento do acesso aos bens sacros que “se tornaram arqueológicos”

Em visita realizada nos dias 08 e 09 de abril ao distrito de Gesteira, localizado a 8,2 Km do município de Barra Longa (Imagem 1), Laia⁸ teve a oportunidade de conversar com um membro da equipe de arqueologia da Arcadis Logos, empresa responsável pelo monitoramento arqueológico das ações de remoção da lama das áreas diretamente atingidas pelo desastre nos distritos de Gesteira, Bento Rodrigues e Paracatu. Encontra-se no escopo do trabalho arqueológico identificar possíveis ocorrências de bens culturais, ações que cumprem determinação do Ministério Público Estadual de Minas Gerais por meio da aplicação de Termo de Ajuste de Conduta (TAC).



Imagem 01 – Trajeto entre a cidade de Barra Longa e o distrito de Gesteira – Minas Gerais.
Fonte: Google Earth – 2016.

⁸ A visita foi realizada por pesquisadores da UFOB, do IFMG e da UFMG que integram o Grupo GEPSA, atendendo ao convite realizado pelo morador Sérgio (Papagaio) e pelo coordenador estadual (MG) do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, Thiago Alves.

De acordo com relatos dos moradores de Gesteira, algumas peças foram resgatadas de dentro da Igreja Nossa Senhora da Conceição, por iniciativa dos próprios moradores, que guardaram as mesmas em suas residências. Posteriormente o acervo resgatado pelos moradores foi reunido pelo pároco local⁹. Na ocasião da visita técnica, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Imagem02) encontrava-se cercada por tapumes de metal e, de acordo com o arqueólogo responsável, nenhum trabalho interventivo havia sido realizado no local até aquele momento. A lama atingiu uma altura de 1,80m em relação à base da edificação. Ao lado da Igreja, a Escola Municipal Gustavo Capanema teve a cobertura arrancada com o impacto da lama. Apenas 30% de sua estrutura permanecia acima da superfície. Assim como a edificação da Escola, moradias foram completamente tomadas pela lama (Imagem 03).



Imagem 02 -Panorama da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ao lado a Escola Municipal Gustavo Capanema. Povoado de Gesteira (Barra Longa – MG).
Foto: Paulo Otávio Laia

⁹ Ainda segundo os moradores, parte da imaginária teria sido levada à Igreja Matriz de São José, na sede municipal de Barra Longa, e outra a Mariana, onde passaria por higienização e restauro.



Imagem 03 - Ruína de edificação no povoado de Gesteira (Barra Longa – MG)

Foto: Paulo Otávio Laia

A visita a Gesteira levou a um diagnóstico similar àquele observado na audiência pública de Mariana, testemunhando os processos enfrentados cotidianamente desde o rompimento da barragem, que envolvem uma multiplicidade de atores e decisões, mas não alcançam o diálogo necessário com as comunidades atingidas. Em reunião realizada entre os pesquisadores do GEPSA, o representante do MAB e a comunidade paroquial de Gesteira, os moradores queixaram-se da falta de acesso à área da Igreja cercada, não compreendendo as razões do acautelamento, por exemplo. Uma moradora relatou, também, que seu marido havia presenciado o início do resgate de um “*anjo querubim*” de grandes dimensões, mas teria sido afastado pela equipe que trabalhava no local, por motivo de segurança. Estes depoimentos apontam certa dissociação entre os agentes “oficiais” de salvaguarda e a população local.

As circunstâncias geradas pelo rompimento da barragem de Fundão merecem especial atenção, porque tornam evidente a demanda de aproximação entre o conceito e a prática. Se por um lado é possível entender as diretrizes de salvaguarda e os procedimentos adotados em campo – atendendo aos dispositivos da legislação vigente – é

também necessário reconhecer o distanciamento das ações em curso dos paradigmas teórico-conceituais adequados a contextos tradicionais e comunitários.

Conforme já mencionado, atualmente os arqueólogos contam com uma profusão de estudos de casos e resultados de pesquisas conduzidas internacionalmente que conferem solidez ao debate teórico e fundamentam as chamadas “arqueologias do presente”, preocupadas em entender a materialidade da violência, valorizar as histórias de resistência, discutir o conceito de colonialidade e questionar marcos de um imperialismo contemporâneo. Como aponta Ferreira (2008a):

“A cultura material, mesmo a do mais remoto passado, pode servir aos diferentes grupos sociais para criar e valorizar identidades culturais. Ela é capaz de mediar relações políticas e sociais, de fortalecer hierarquias e poderes, legitimando-as por meio de testemunhos materiais que lhes dão sustentação (...) [Nesse sentido], quais são as vozes políticas que clamam pela salvaguarda do patrimônio e pela legitimidade de interpretação sobre o passado? E, especialmente, como os grupos subalternos se inserem nas políticas de representação do patrimônio?”

O “novo contexto arqueológico” que surgiu do rompimento de uma barragem construída pela Samarco/Vale/BHP Billinton, para além da destruição de sítios arqueológicos que ali se encontravam antes do desastre, configura-se como o “mar de lama” em que foram lançadas as demandas comunitárias que reivindicam sua inserção nos processos de “resgate” de memórias. Esse contexto apresenta-se como enorme desafio à gestão do patrimônio cultural, à prática arqueológica e às ações museais. Demanda a aproximação entre os atores influentes na esteira das negociações políticas e os atingidos. O principal obstáculo talvez não seja criar metodologia adequada ao resgate de bens culturais enterrados pelo barro concrecionado, quando as estratigrafias e os contextos deposicionais nos falam mais sobre as angústias do presente

do que das idiossincrasias do passado. Se as marcas das perdas forem apagadas, ou “lavadas”, o “patrimônio arqueológico” em questão não poderá respirar em meio à lama tóxica; pelo contrário, será apropriado como memória da desigualdade social, da violência e do desarrimo. Se for, por outro lado, assumido como evidência de um evento – termo caro à arqueologia – surgirá a oportunidade de se recriar um outro lugar de memória, passo essencial para a construção do árduo e longo processo de (re)territorialização.

Antes de aprofundar essa discussão, porém, é necessário lembrar a profundidade conceitual e histórica em que está assentado o debate sobre a pertinência de se estabelecer distinções entre os campos da materialidade e da imaterialidade do patrimônio cultural; tema intrinsecamente ligado ao processo de constituição do marco regulatório à gestão, e que em muito estimulou o debate acadêmico dos últimos vinte anos.

Fronteiras conceituais no marco legal: memória de quem?

Como apontado pelos antropólogos Manuel Ferreira de Lima Filho e Regina Abreu (2007), desde a promulgação do Decreto Lei 25 de 1936¹⁰, assistimos à prevalência de uma visão mais materialista do patrimônio cultural. O projeto de constituição da SPHAN, encabeçado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, sufocara partes importantes do anteprojeto elaborado por Mario de Andrade, de cunho mais culturalista e antropológico. Foi apenas quando Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN em 1979, trazendo na bagagem seu protagonismo na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que saberes e fazeres tradicionais, imensuráveis na materialidade do patrimônio, passaram a ganhar força nos olhares da instituição. Entretanto, o redirecionamento da óptica patrimonial seria, em parte, comprometido pelo falecimento de Magalhães, em 1982. Os processos de inventário, registro e tombamento de bens culturais seriam fortalecidos, de fato, somente a partir dos

¹⁰ O Decreto Lei 25 de 1936 criou a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição que mais tarde seria transformado no Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

anos 2000, com a promulgação do Decreto nº3551 de 2000¹¹, que colocava em ação o artigo nº216 da Constituição Federal de 1988¹². Naquele momento foi finalmente absorvida, no marco legal brasileiro, a reflexão crítica que também se consolidava, internacionalmente, a partir das diretrizes da UNESCO para o marco regulatório de proteção do patrimônio imaterial, oficializadas em 2001. De todo modo, considerada a importância da ampliação das categorias de patrimônio no espectro das ações de proteção, gestores passaram a enfrentar a problemática dos recortes que permeiam toda e qualquer “... prática de tombamento, de acordo com a qual são necessários critérios que possibilitem escolhas daquilo que deve ser preservado” (Lima Filho e Abreu 2007:35).

Lima e Abreu, assim como outros autores da coletânea *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos* (Lima Filho, Eckert e Beltrão 2007), questionam os limites definidos pela falsa dicotomia traçada entre a materialidade e imaterialidade do patrimônio, evidenciando os desafios ante à arbitrariedade dos processos de escolha, mesmo nos casos de justo reconhecimento de saberes e fazeres do chamado patrimônio “intangível”. Um exemplo dessa arbitrariedade, por exemplo, recai sobre o conceito de “conhecimento tradicional” que, pela ótica do multiculturalismo, pode se tornar ferramenta perigosa na legitimação de discursos nacionalistas, bem como de políticas econômicas e litistas que sustentam a categoria de “direitos difusos”. Abreu, em outro artigo publicado no mesmo livro, lembra que:

¹¹ Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

¹² Dispõe sobre os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

“Para se legislar sobre a matéria e tomando-se como base o conceito de “conhecimento tradicional”, a intenção é identificar e proteger comunidades produtoras de conhecimentos singulares, específicos e únicos, seja na área da etnobotânica, seja na área da produção da arte e do artesanato. Mais uma vez, prevalece a idéia de proteção do “saber-fazer” (...) Ao iniciar o novo milênio, percebemos claramente que o campo do Patrimônio Cultural apresenta-se como um campo de conflitos e de interesses contraditórios... Podemos assinalar pelo menos duas mudanças significativas: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura com a conseqüente naturalização da noção de diversidade cultural. Paralelamente, novas forças vêm-se impondo, provocadas pelo tema da biodiversidade e da biotecnologia, o que complexifica mais ainda o debate.”(Abreu 2007:280-281)

O trecho acima aponta a problemática dos interesses conflitantes, quando o assunto gira em torno dos direitos individuais, coletivos, públicos, privados, autorias ou de patentes, nas esferas das cadeias produtivas. Na perspectiva da legislação, essa problemática ainda inclui o agravante do desequilíbrio entre os instrumentos de gestão pública dos recursos ecológicos e culturais da União. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o debate sobre a indissociabilidade dos componentes materiais do patrimônio cultural foi particularmente estimulado e apropriado pelos meios acadêmicos. Atentos à afinidade conceitual entre os campos da antropologia, da arqueologia, da museologia e da história, muitos pesquisadores optaram por reunir e comparar dados etnográficos, arqueológicos e históricos para qualificar a discussão. Na outra margem do rio, profissionais da gestão pública do patrimônio cultural, bem como aqueles atuantes nos projetos de caráter preventivo de impactos sobre os bens socioambientais, trilharam caminhos paralelos de identificação, registro e preservação de

bens culturais coletivos de todas as naturezas, raramente aproximando suas metodologias dos paradigmas interdisciplinares alcançados pelo referencial teórico. Assim, hoje a sociedade brasileira se vê diante da necessidade de refletir sobre suas múltiplas formas de compreender o patrimônio cultural, frente a um legado controverso: em parte as ações de patrimonialização legitimam a diversidade de formas de ocupação e uso do território (alertando sobre as especificidades e os interesses e das identidades locais e regionais); por outro lado, parte expressiva dos “agentes do patrimônio” segue arraigada nos velhos processos de construção de “uma memória nacional”.

Considerado esse descompasso entre a teoria e a prática, é justo lembrar, por outro lado, os avanços alcançados no sentido de aproximá-las. Como já discutido, o diálogo entre acadêmicos e gestores do patrimônio intensificou-se no Brasil a partir dos anos 1980. Com o objetivo de defender as diretrizes da constituição de 1988 para a democratização do acesso à educação e ampliação da noção de “herança cultural”, foram criadas ferramentas didáticas para se trabalhar o conceito de diversidade cultural. Em certa medida, tem-se que assumir que esse processo promoveu o paradoxal fortalecimento de políticas hegemônicas que se acobertaram sob as asas conceituais do multiculturalismo. Hoje, passadas duas décadas, enfrentamos dificuldades em nos livrar da homogeneidade de certas categorias alavancadas pela bandeira multicultural. Não obstante, é importante dar crédito ao fato de que sem ela, talvez, não se teria conquistado um olhar mais atento aos espaços legítimos de construção da gestão participativa nas políticas públicas.

Naquele contexto de formulação de novas práticas de gestão patrimonial, a arqueologia, a antropologia e a museologia tornaram-se esferas de produção de conhecimento indispensáveis à discussão das identidades territoriais, por lidarem com dados que explicitam o direito à memória local, esta muitas vezes dissonante do discurso sobre a “memória nacional”. No contexto de produção das ciências modernas de fins do século XX e início do século XXI, essas disciplinas encontraram, em sua própria maturação, o desafio da aplicabilidade

dos modelos e paradigmas teóricos. Tornava-se necessário criar espaço para o dinamismo das ressignificações, o que não agradava certas correntes teóricas. Talvez essa seja a conjuntura em que a museologia passou a assumir seu papel político, fortalecendo sua veia de Ciência Social Aplicada. Vale lembrar, inclusive, a convergência desta tomada de posição com os fundamentos sociológicos clássicos.

“O tipo de ciência social no qual estamos interessados é uma ciência empírica da realidade concreta. Nosso alvo é o entendimento da singularidade característica da realidade na qual nos movimentamos. Desejamos entender, por um lado, a relação de importância cultural, de acontecimentos singulares em suas manifestações contemporâneas e, por outro, a causa de serem historicamente dessa forma e não de outra.” (Weber apud Loewith 1978:45)

Os desafios para se construir processos participativos de gestão do patrimônio cultural hoje transcendem as críticas aos conceitos de identidade ou memória nacional. Questões que muitos defendem ser de interesse global, tais como as atividades de mineração, “a renovação” da matriz energética, o equilíbrio climático, as políticas de combate à fome e as demandas por avanços do conhecimento das indústrias farmacêuticas procuram tornar legítimos os processos de desterritorialização, em detrimento dos impactos irreparáveis que causam nas populações de baixa renda, nas comunidades tradicionais, àqueles que vivem à margem dos lucros.

Nas últimas décadas somaram-se dados de pesquisa que questionam a relação entre a magnitude dos impactos socioambientais e o grau de desenvolvimento econômico alcançado nas áreas diretamente afetadas por grandes empreendimentos. No rol de ações sustentadas pelo marco regulatório de avaliação, mitigação e compensação dos impactos ou danos irreparáveis ao patrimônio cultural, em específico, foram empregadas quantias consideráveis no “resgate” ou na preservação dos bens culturais. Indaga-se, porém, qual seria o saldo nesta equação?

Será a memória passível de mensuração?

Pensar as possíveis respostas para tais perguntas é, também, entender a mudança de paradigma ocorrida nas formas atuais de se reconhecer “o patrimônio”. Esta é uma discussão em que se encaixa na ideia do *presentismo*, de François Hartog (2003). Obviamente, ressignificar nossa compreensão do patrimônio nacional, a partir dos já referenciados paradigmas atuais, é um processo que pouco se aproxima da conjuntura da França atual, objeto de análise do autor. Por outro lado, a articulação dos referenciais sincrônicos e diacrônicos nos permite entender a dialética relação entre memória e patrimônio, uma relação que, em última instância, é definidora das noções de pertencimento e de identidade.

O maior desafio que vem sendo enfrentado pelos gestores do patrimônio cultural parece ser encontrar caminhos em que prevaleça o enraizamento e a ressignificação dos laços identitários de diferentes grupos, na sua relação com um território comum. Gerar **ações** eficazes que atendam aos diferentes atores e aos interesses conflitantes em um mesmo território requer a manutenção de olhares atentos às especificidades do contexto e às trajetórias marcadas pelo processo histórico. Na tarefa de compreender os processos que desencadeiam continuidades, transformações ou rupturas com o passado remoto de um determinado local, a arqueologia e a museologia talvez sejam parceiros ideais.

O tombamento provisório e as controvérsias sobre a musealização de Bento e Paracatu: da desterritorialização das memórias à “objetificação cultural”

Como já visto, a audiência pública realizada em Mariana no dia 19 de abril de 2016 teve por objetivo apresentar e discutir a proposta de tombamento provisório das ruínas das capelas de Bento Rodrigues e Paracatu para a comunidade de atingidos. E, conforme também mencionado, estão em foco neste ensaio os processos de “resgate” e musealização do patrimônio cultural daquelas localidades, em especial seus componentes histórico, arqueológico e paisagístico. Parte da

problemática a ser discutida recai sobre as dimensões conceituais e metodológicas implicadas na criação de um memorial, ou de um museu de território, que por natureza são equipamentos culturais muito distintos e que pressupõem processos de institucionalização fundamentados em óticas diametralmente opostas.



Imagem 04 - Bairro arruinado de Bento Rodrigues, Mariana – MG.

Foto: Felipe Florestí (Fonte: super.abril.com.br/ciência - consultado em 27/05/2016)



Imagem 05 - Detalhe de parede de domicílio em ruínas. Bento Rodrigues, Mariana – MG.

Foto: Avener Prado (fontes: folha.uol.br/o-caminho-da-lama – consultado em 27/05/2016)

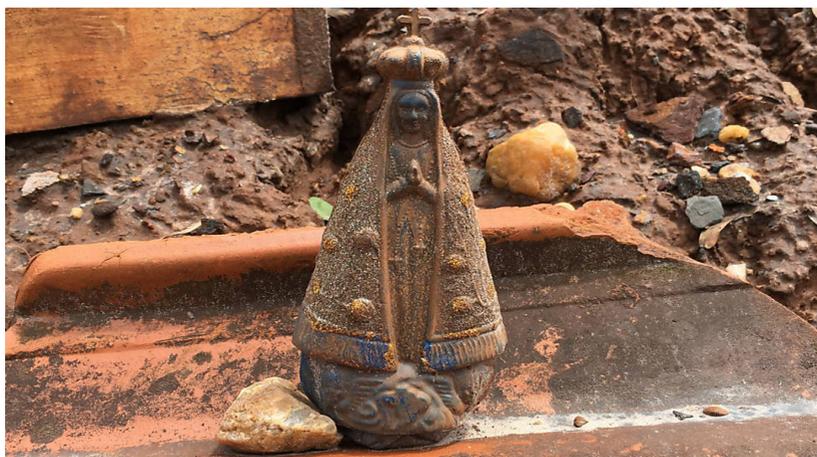


Imagem 06 - Imaginária resgatada da lama. Bento Rodrigues, Mariana - MG
Foto: Tadeu Jungle (Fonte: folha.uol.br – consultado em 27/05/2016)

Quando se compara o patrimônio cultural em destroços de Bento e Paracatú com as Torres Gêmeas de Nova York ou campos de concentração nazistas, na perspectiva de se criar um Memorial que nos lembrem dos crimes cometidos, assume-se que o principal público desta ação é a população mundial. De fato, é importante não se deixar esquecer que, nesse sentido, o memorial se torna uma importante ferramenta de luta ideológica. Porém, quando pensado o contexto específico aqui em questão, é preciso indagar: Que tipo de vínculo com a memória pode ser suscitado a partir do contexto em que hoje se encontram as áreas destruídas pelo rompimento da Barragem de Fundão? Como lidar com a polissemia dos bens culturais soterrados pela lama? Quais as leituras que podem ser feitas das imagens reproduzidas nas imagens quatro, cinco e seis?

Michael Pollack entende o campo da memória social como palco de permanentes disputas que incidem diretamente sobre a dinâmica entre a lembrança e o esquecimento (Pollack apud Abreu 2007:265). Seria importante indagar, seguindo esta linha de raciocínio, quem decidirá o que lembrar e o que esquecer do cotidiano que antecedeu e sucedeu ao dia 05 de novembro de 2016? Para as populações diretamente atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, talvez a memória subjetiva do trauma não seja individualmente

escolhida. A boneca infantil, a foto na parede, o emblema com a mascote do time de futebol ou a santa tornaram-se, na materialidade dos recursos patrimoniais, símbolos de perdas individuais e familiares. Pela perspectiva comunitária, porém, o que esses bens testemunham é a realidade presente da inacessibilidade a tantas outras memórias da identidade comum a todos eles, uma identidade construída a partir de um território que se foi. Por isso, falar da memória de um território para comunidades desterritorializadas é um desafio permeado de enorme complexidade. Promover lembranças nostálgicas da perda talvez não seja o caminho ideal para se trabalhar a memória a partir de um lugar “outro”.

Como defendia Waldisa Russio Guarnieri (1989), “o museu é, e sempre será, um agente da utopia”. Razão pela qual caminhos a serem escolhidos não podem ser os mais fáceis, ou mais rápidos. Como implantar um museu de território em um contexto onde a população que ali vivia há muitas gerações perdeu a batalha para uma única vertente vocacional, aquela conhecida pela sigla P4P (Projeto Quarta Pelotização)¹³?

Para entender o contexto em que surgiram os conceitos de museus de território, museus de percurso, museus comunitários ou ecomuseus é necessário mergulhar na história da formação do campo disciplinar. A museologia percorreu, ao longo do século XX, uma trajetória de fortes transformações conceituais e paradigmáticas, afastando o campo museal da vertente evolucionista dos museus enciclopédicos do século XIX. No Brasil, a política de promoção de uma “identidade nacional” nasceu das celebrações do centenário da independência – contexto em que foi criado o Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro – edificando os pilares que, ainda hoje, sustentam em parte o marco legal de proteção do patrimônio cultural e as diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Desde a realização do Primeiro

¹³ De acordo com o Relatório Anual de Sustentabilidade da Samarco, o “Projeto Quarta Pelotização” significou um crescimento de suas estruturas em 98%, em 2013, com um objetivo de alcançar no ano seguinte a meta de crescimento da capacidade de produção em 37% - 30,5 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro ao ano (Fonte: Relatoweb.com.br, consultado em 18/05/2016).

Congresso Nacional de Museus, ainda na década de 1950, o campo museal foi, passo a passo, ocupando posição central na discussão de identidades culturais, enfrentando o duplo e quase paradoxal desafio de encontrar soluções adequadas à aplicação das políticas públicas de gestão do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, refletir teórica e conceitualmente sobre os contextos históricos e sociais a partir dos quais se praticaram colecionamentos, foram criadas instituições e foram eleitos os chamados “bens culturais da memória nacional”.

Com práticas que serviram de fontes ao debate acadêmico, os museus também exerceram protagonismo institucional (mesmo que nem sempre reconhecidos como tal), pois são, e sempre foram, espaços naturalmente orientados à sociedade, e por isso articuladores de memórias e representações sociais (Mattos 2007). Em *Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus, Patrimônios*, José Reginaldo dos Santos Gonçalves nos lembra que o museu é entendido:

“...como o *locus* de cruzamento de uma série de relações de ordem epistemológica, social e política, configurando-se em áreas estratégicas de pesquisa e de reflexão para o entendimento das relações sociais, simbólicas e políticas entre diversos grupos e segmentos sociais, em especial aqueles que se fazem presentes nos contextos coloniais e pós-coloniais” (Gonçalves 2005:11).

Instituições lideradas por intelectuais influentes e engajados na formulação de políticas públicas, os museus exerceram, assim como as universidades, importante papel político em processos de descolonização conceitual e de reconhecimento de demandas sociais que viriam a resultar na já mencionada revisão do marco legal de preservação do patrimônio cultural, material e imaterial. Obviamente foram articulações que não dependeram apenas das instituições e intelectuais brasileiros, envolvendo quase todos os países da América

Latina. A *Declaração de Santiago*¹⁴(1972) e a *Declaração de Caracas*¹⁵ (1992) tornaram-se, para a museologia, pedras fundamentais que ainda hoje norteiam as ações dos museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus de percurso.

A *Declaração de Santiago* definira novos paradigmas às ações dos museus, em plena era das ditaduras sul-americanas. Ali nasceu o conceito de *Museu Integral* (Varine-Bohan 1972:2007). O museu deixa de ser um espaço sobre um determinado segmento social ou populacional, para se tornar uma instituição destinada a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto dos bens materiais e imateriais do território em que se inserem a comunidade e o seu museu. Com este novo olhar, o museu sai de seu papel catalizador, para se afirmar a partir de movimentos articuladores e promotores de ações “extra-muro”, sendo entendido enquanto potente instrumento de mudança social e desenvolvimento local (Franco, Vial e Arcuri 2010). Vinte anos mais tarde a *Declaração de Caracas*, reforça os princípios definidos em Santiago do Chile, estabelecendo um pacto entre os países signatários pela incorporação da cultura como “consciência do particular, do local, em uma espécie de contrapartida à globalização”. Pela perspectiva antropológica, as diretrizes propostas em ambos documentos pressupõem a compreensão de que as escalas e valores que definem o patrimônio são muito variáveis e muitas vezes até contraditórias.

“a noção de patrimônio com a qual nos habituamos está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo (...) Nas chamadas sociedades tradicionais, o tempo é representado como resultado de uma espessura e de uma densidade espaciais, um tempo do eterno retorno, ou tempo cíclico, relacionado à observação dos fenômenos da natureza” (Abreu 2007:264).

¹⁴ Documento firmado no âmbito do encontro do Conselho Internacional de Museus (*International Council of Museums* – ICOM), realizado em Santiago do Chile, em 1972.

¹⁵ Trata-se da realização do seminário *A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios*, em Caracas 1992, por iniciativa da UNESCO, do Escritório Regional de Cultura para América Latina e Caribe (ORCALC), e do Comitê venezuelano do Conselho Internacional de Museus (ICOM), com o apoio do Conselho Nacional de Cultura (CONAC) e da Fundação do Museu de Belas Artes da Venezuela (http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp).

Territórios rurais, habitados por comunidades que dependem da agricultura familiar, enquadram-se na categoria das chamadas sociedades tradicionais, ainda que indivíduos dessas populações também participem das cadeias de produção de escala global, na qualidade de operários. A subjetividade cotidiana, nesses casos, está fortemente vinculada ao que ali nasce, cresce e morre. Não na relação predatória com a terra. Nesse sentido, pensar e reconstruir a memória do território requer, nesses casos, incorporar essa espessura, essa densidade espacial que retorna ciclicamente ao “lugar”. É nessas condições que se consegue estabelecer a tríade homem (sociedade) / objeto (patrimônio) / cenário (museu) (Guarnieri 1981). Sendo assim, nos casos de Bento Rodrigues e Paractu, o processo de musealização do território tombado dependeria, preliminarmente, do estreitamento do vínculo cotidiano das comunidades com o espaço (re)apropriado. O que se levantou até o momento, paradoxalmente, é que a gestão desse território vem excluindo, desde o desastre, o protagonismo dos atingidos.

Se a musealização dos territórios de Bento e Paracatu for a vontade das populações atingidas, será oportuno redirecionar os vetores de “recuperação” do patrimônio cultural e seguir os pressupostos metodológicos a este tipo de ação museal. Processos de implantação de museus de território são lentos e não prescindem do fortalecimento de agentes e equipamentos culturais locais (o que nos contextos em questão, ainda é algo difícil de se vislumbrar).

Qualquer ação museal proposta a uma comunidade socioeconomicamente frágil, mesmo em etapas iniciais de diagnóstico ou inventário participativo, dá vazão a fluxos contínuos de expectativas e demandas. Assim, os primeiros passos nesse sentido, por mais que desejados por todas as partes, devem estar muito bem calçados. A caminhada é longa.

De modo geral, pode-se afirmar que experiências de programas bem sucedidos nesta área (dos chamados museus “não tradicionais”) demonstram a importância de se seguir um protocolo atento às etapas sucessivas e intransponíveis de um processo longo, até que

se alcance a definição do perfil institucional, do modelo de gestão, a institucionalização, a operação, e a sustentabilidade econômica do museu. Apenas como exemplo, destaca-se a necessidade de:

- Realizar movimentos de aproximação, escuta e sensibilização mútua (dos proponentes e público alvo das ações museais propostas) para a definição de uma causa;
- Caso seja a escolha das comunidades, definir e pactuar agenda de ações continuadas, entendidas como realização de oficinas, rodas de conversa, diagnósticos e inventários participativos, ações de mobilização de atores, identificação de lideranças e formação de agentes multiplicadores;
- Fortalecer os canais de comunicação e divulgação que atendam ao programa de sensibilização comunitária (por exemplo via rádio, uma vez que muitos dos agentes interessados não estão presentes nas primeiras etapas de sensibilização e diagnóstico);
- Definir e pactuar agenda de ações voltadas à discussão do perfil institucional e do modelo de gestão institucional a ser criado, identificando a vocação para futuros membros de conselhos consultivos e deliberativos;
- Definir e pactuar agenda de ações voltadas à formação de produtores culturais junto às comunidades, que possam futuramente assumir a gestão da instituição, capacitando-os para criar autonomia para gerir os recursos financeiros da instituição, criando independência na relação com os poderes público e privado;
- Criar grupos presenciais e virtuais de discussão e monitoramento da execução das agendas propostas;
- Realizar o mapeamento detalhado de ações em curso que apresente potencial de parceira e possam ter interface com atividades propostas pelos programas voltados à identificação, proteção, gestão e difusão do patrimônio cultural;

- Promover a articulação institucional com outras instituições culturais e museológicas, bem como o estudo de viabilidade para o desenho das ações a serem propostas em Plano Museológico;
- Detalhar os programas e ações museais a constarem de Plano Museológico;
- Instaurar um Conselho do Museu.

Algumas considerações

Por sua natureza, a arqueologia preventiva que acompanha os empreendimentos de macro escala realizados no Brasil vem há anos despertando dos solos da união, registros que estiveram enterrados durante décadas, séculos, milênios. Se, por um lado, esse processo significou acesso a quantidade expressiva de dados antes inacessíveis¹⁶, por outro o compasso das retroescavadeiras forçou muitos arqueólogos a efetuarem prospecções e resgates em velocidade conflitante com as metodologias científicas adequadas à pesquisa arqueológica. Ademais, na primeira década do século XXI, o resultado da pressão capitalista vivida no âmbito das consultorias de licenciamento ambiental foi, de modo geral, uma prática arqueológica muito distante do reconhecimento da polissemia do registro arqueológico. Com o passar dos anos, porém, a pressão exercida pelas demandas comunitárias levou arqueólogos dos campos acadêmico e preventivo a refletir sobre essa ausência, fortalecendo o debate nos fóruns regionais e nacionais. Hoje pode-se considerar que o campo alcançou certo avanço, mesmo que tímido, uma vez que a inclusão de representantes comunitários nas pesquisas tornou-se premissa básica à elaboração de projetos para solicitação de portaria de pesquisa em áreas indígenas, quilombolas ou com a presença de outros grupos definidos pela Constituição Federal de 1988 como “populações tradicionais”. Já no campo museológico, pode-se afirmar que as novidades apresentadas pelos paradigmas conceituais da nova museologia

¹⁶ Quando comparados o número de portarias de autorização de pesquisas arqueológicas expedidas antes e depois da publicação da Portaria Iphan nº 230, observa-se o aumento exponencial de pesquisas realizadas a partir de 2002.

levaram a certo alijamento entre as práticas realizadas nos chamados museus tradicionais (históricos, de arte, de ciências, etc.) e aquelas de cunho comunitário, características dos ecomuseus, museus de percurso, museus de território ou museus comunitários, instituições que privilegiam o protagonismo das populações vinculadas aos “patrimônios esquecidos” e dão especial atenção nas ações em contextos “extra muros”.

Hoje, o maior desafio enfrentado pelas práticas arqueológicas e museológicas de avaliação ou mitigação de impactos sobre o patrimônio cultural parece estar no reconhecimento das polissemias e ressignificações contemporâneas dos bens culturais. É necessário reconhecer que a obtenção de licenças ambientais para grandes empreendimentos acarreta processos de desterritorialização geradores de sucessivas transformações na identidade do território impactado. Esse efeito (da desapropriação de moradores e chegada de novos atores desvinculados do lugar) causa desdobramentos nas áreas indiretamente atingidas pelos empreendimentos, assim englobando número ainda mais expressivo de indivíduos e comunidades que presenciam mudanças profundas nos seus modos de vida. Muitas vezes essas populações “indiretamente atingidas” acabam por enfrentar grau semelhante de perda ou fragilidade, quando comparadas com aquelas que são desapropriadas.

Os casos dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira apresentam-se, neste cenário, como contextos agravados na perspectiva das transformações futuras sobre o território de entorno das áreas cobertas pela lama. No campo da experiência e da memória das populações atingidas, ainda se faz presente a ameaça de um empreendimento gerador de angústia, de medo. Nesse sentido, para que o território volte a ser reconhecido como promotor de crescimento a todos, são necessárias mudanças profundas na forma predatória com que parte dos atores ali presentes lida com o ambiente.

O fortalecimento de noções de pertencimento, do vínculo com o lugar, só é possível a partir do engajamento de relações permanentes

com o território, possibilitando sua apropriação cultural como “um conceito de valor” (Weber apud Cohn 1978:98). Trata-se, em termos weberianos, de uma problemática que reflete as múltiplas formas de “dominação” fundamentadas sobre a “apropriação legítima e diferenciada de bens materiais ou simbólicos escassos (Roth apud Cohn 1979:90). Trazida ao universo das áreas diretamente atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, essa reflexão remete às múltiplas esferas de interação social com o meio construídas a partir de escalas de valores incompatíveis. Para as comunidades desterritorializadas, a materialidade do território soterrado pela lama passa a ser testemunho das relações conflitantes entre sua forma tradicional de vida e a apropriação predatória da natureza.

As instituições do patrimônio ainda lidam com a difícil tarefa de incorporar novas formas de gestão, que assegurem o respeito às frágeis conquistas da sociedade plural, na contramão das forças que sustentam o trágico espaço de tramitação da PEC 65/2012. Neste processo de dismantelamento de direitos constitucionais, não parece haver saída alternativa a tornar ação aquilo que ainda se restringe ao campo da reflexão. Ao tratar questões que vinculam memória, patrimônio e direitos humanos, devemos lembrar que sempre estaremos “sob o fogo cruzado” dos interesses conflitantes de um modelo de sociedade que legitima a verticalidade (Ferreira 2008b). Por isso, ações de musealização devem partir da premissa de que não basta resgatar a memória, é necessário criar espaço para que ela se manifeste espontaneamente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, R. M. R. M. (2005) Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 3: 101-125.

Abreu, R. M. R. M. (2007) Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva In: Lima Filho, M. F, Echert, C,

Beltrão, J, (Orgs.) Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 263-287.

Bezerra de Meneses, U. T. (1984) Identidade cultural e patrimônio arqueológico. *Revista do Patrimônio*, 20: 33-36.

Bezerra, M., Lima Filho, M. F. (2006) *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006:183-190.

Braudel, F. (1992) *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 289p.

Bruno, M. C. O. (1995) *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese de Doutorado. **São Paulo: FFLCH/USP**.

Carta do Rio Doce – Watu. www.cpqrr.fiocruz.br/pg/o-desastre-da-samarco-balanco-de-seis-meses-de-impactos-e-acoas/ (consultado em 18/05/2016).

Cândido Duarte, M. M. (2003) Introdução. *Cadernos de Sociomuseologia* 20: 17-36.

Carneiro, C. G. (2009) *Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. Tese de Doutorado. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Carvalho, A. V. de (2008) Quilombo de Palmares, os múltiplos olhares arqueológicos. In: Carrara, Maria Teresa (org.) *Continuidad y cambio cultural en arqueologia historica*. *Actas del III Congreso Nacional de Arqueologia Historica*: 43-48.

Chagas, M. (1995) Entre mortos e feridos: A construção do discurso preservacionista em dois intelectuais do patrimônio. *Porto Arte*, 6.

Chagas, M. (1995) Entre mortos e feridos: A construção do discurso preservacionista em dois intelectuais do patrimônio. *Porto Arte*, 6(10): 87-99.

Cohn, G. (1979) Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: TA Queiroz

Connerton, P. (2009) *How modernity forgets*. Cambridge: Cambridge University Press.

Declaração de Santiago (1972). Mesa Redonda de Santiago do Chile – *International Council of Museums (ICOM)*. www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/.../Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf (consultado em 18/06/2016).

Declaração de Caracas (1992). International Council of Museums (ICOM). www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp (consultado em 18/06/2016).

Deetz, J. (1977) *In small things forgotten. An archaeology of Early American Life*. Nova York: Anchor.

Eckert, C. (2006) As fraturas sociais dos processos de transformação: o lugar do patrimônio. *Iluminuras*, 8 (18): 1 -12.

Ferreira, L. M. (2008a) Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, 2 (2): 37-62.

Ferreira, L. M. (2008b) Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, 3 (1): 81-92.

Franco, M. I. M., Vial, A. D., Arcuri, M. M. (2010) *Master Plan do Museu Amazônia Madeira Mamoré*. Porto Velho: Santo Antônio Energia, 236p.

Funari, P. P. A. (2001) Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de antropologia e etnologia*, 41, (1): 23-32.

García Canclini, N. (1989) *Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. New York: Basic Books.

Gnecco, C. (2009) Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, 4 (1): 15-26.

Gonçalves, J. R. dos S. (1996) *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 200p.

Gonçalves, J. R. dos S. (2005) Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, 11 (23): 15-36.

González Ruibal, A. (2008) Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, 49 (2): 247-279.

Guranieri, W. R. (1981) Museological Working Papers Documents. *Interdisciplinarity in Museology*, Stockholm, ICOM, International Committee for Museology/ICOFOM, Museum of National Antiquities, 2, p. 56-57.

Guarnieri, W. R. (1989) Museu, Museologia, Museólogos e Formação. *Revista de Museologia*, 1(1). 1: 7-11.

Halbwachs, M.; Coser, L. A. (1992) *On collective memory*. Chicago, University of Chicago Press.

Hamilakis, Y. (2005): Whose world and whose archaeology? The colonial present and the return of the political. *Archaeologies*, 1 (2): 94-101.

Hartog, F. (2003) Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. *Revista de História*, 148: 9-34.

Holtorf, C. (2007) *Archaeology is a brand!: the meaning of archaeology in contemporary popular culture*. Oxford: Archaeopress.

Huysen, A. (2000) Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano.

Lima Filho, M. F. (2001) *O desencanto do oeste*. Goiania: Editora da UCG.

Lima Filho, M. F. e Abreu, R. M. R. M. A (2007) Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: Lima Filho, M. F., Eckert, C, Beltrão, J. (Orgs.) *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra: 21-43.

Lima Filho, M. F., Eckert, C., Beltrão, J. (Orgs.) (2007). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra.

Mattos, Y. (2007) Museus e o sentido universal do patrimônio. *Revista Museu*, 18: 1-3.

Meskell, L. (Ed.) (2002) *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London: Routledge.

Mingnolo, W. D. (2000) The many faces of cosmo-polis: Border thinking and critical cosmopolitanism. *Public Culture*, 12 (3): 721-748.

Moraes Wichers, C. A. (2010) *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira. 2010*. Tese de Doutorado. Lisboa: Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Nora, P. (Org.) (1984) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

Orser, C. E. (2010) Twenty-first century historical archaeology. *Journal of Archaeological Research*, 18 (2): 111- 150.

Pollak, M. (1989) Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5 (10): 3-15.

Relatório Anual de Sustentabilidade da Samarco. Relatoweb.com.br (consultado em 18/05/2016).

Silva, F. A. (2002) Mito e arqueologia: a interpretação dos Asurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu-Pará. *Horizontes antropológicos*, 8 (18):175-187.

Varine-Bohan (1973) Un musée «éclaté»: le Musée de l'homme et de l'industrie. *Museum International*(Ed. Francaise), 25 (4): 242-249.

Vial, A. D. (2015) *Patrimônio Integrado e a Prática Museológica*. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Žižek, S. (2007) *En defensa de la intolerancia*. Buenos Aires: Sequitur.

Weber, M. Ação social e relação social. In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, M. M. (Comp.) *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

www.em.com.br/app/noticia/gerais (consultado em 20/04/2016).